Outra

Nos termos do art.º 1433 do Cod. Com. convem augmentar de algumas linguas vivas da Europa é só prejudicado necessario o provimento dos Corretores Interpretes; donde se segue que a falta d'elle não inhabilita o Negociante Columbia para o serviço de Corretor de Navios seus Socios: mas o Regulamento de 16 de Janeiro de 1837 não admitte esta classe de Corretores Interpretes; os dos Navios tratão dos negocios que respeitão aos Estrangeiros, e querem ouvir dos fornecedores dos Corretores Interpretes, intervindo nos Contractos de fretamento; por onde entendo que o conhecimento das linguas Estrangeiras é mesto conveniente ao exercicio deste Officio. He quanto se me offerece dizer sobre as habilitações dos Req.tes para o Cargo que pertendem, em cumprimento do Officio do Ministerio do Reino de 18 de Agosto ultimo; S. Mag.e porém, Resolverá como for justo. P.G. de Deos 16 de Outubro de 1838 = Abr.o Jos.é de Oliveira = José de Empertino d'Aguiar Oliveira.

N.º 1806

Em cumprimento do Off.o do M.eio do Reino de 5 de Set.bro del 838 Parece ao Req.te que S. Luiza Anselma de Attaide pode-se lhe certifique a existencia na Secret.a do Reino da certidão da Sentença proferida em 23 de Maio de 1781

17 Senhor = A Supp.te D. Luiza Anselma de Attaide requer que lhe seja certificado a existencia na Secret.a do M.eio do Reino da certidão ou copia da sentença proferida em 23 de Maio de 1781 pela Jente

do

dos Ministros creada pelo Alvará de 9 de Outubro de 1781
p.ª a revisão da Sentença do Juntº de Inconfidencia
contra os Reos do sacrilego, e escandaloso attentado do
fatal noite de 3 de 7br.º de 1758. He verdadeira a exis-
tencia deste documento na referida Secretaria, e não ha
cabo razão de necessid.e ou de conveniencia do serviço
publ.co q.e demande o segredo desta facta. Nesta forma
não encontro nenhua duvida na expedição do Certi-
ficado requerido pela Supp.e cumpre porem q.e nelle se
declare o modo por q.e o documento chegou á Secretaria por
quem foi apresentado, a lingua em q.e está escripto,
por q.m foi passada a primeira certidão, e por quem autho-
ticado o traslado q.e existe na Secret.ª Deste documento
deve tambem constar q.e a sentença não passou em
julgado, nem produzio nenhum effeito, por haver sido em
bargada pelo Proc.or da Coroa com Embs.os impugnativos
da Sentença, e ob subrepção, e falta de integri-
dade do processo. He q.e tanto necessario q.e este declara-
ção seja tambem incluida no Certificado q.e se expedir
He q.e se me offerece dizer sobre este objecto. V. Mag.de
porem Resolverá o mais justo. P. G. de Coroa 19
de Out.º de 1818 = O P.e G. da Coroa = J. de Alpoim
d'Alg.ª Botelho.

Em Cortes do M.º do Reino de
N. 1824 17 de Agosto ultimo acerca do
Projecto de Decreto a vista das
alterações e modificações q.e
o acompanhão q.e regulão o
provimento dos empregos dos
estabelecimentos da Misericordia
de Lisboa, e annexos

Senhora = Não julgo ajustadas com
as Leis vigentes, nem comprehendidas
nos limites da Legitima Authoridade